



“Meninas não sobem em árvore:” a construção do gênero em sociedades patriarcais

“Girls don’t climb trees”: the institution of gender in patriarchal society

Cinthia Freitas de Souza¹

Resumo: Este artigo objetiva apresentar concepções da teoria feminista de gênero a partir da interpretação do desenho animado *Meena* produzida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O estudo baseia-se em conceitos, tais como o que é “gênero”, “patriarcado”, “papéis sociais” e “poder”, segundo Mary Del Priore (2020), Chimamanda N. Adichie (2015), Adriana Piscitelli (2009), Judith Butler (2003), Teresa de Lauretis (1994) entre outros nomes.

Palavras-chave: Patriarcado; Gênero; Papéis sociais; Poder.

Abstract: This article aims to present feminist theory gender conceptions from the interpretation of *Meena* cartoon produced by United Nations Children’s Fund (UNICEF). This study is based on concepts, such as what “gender” is, “patriarchy”, “gender roles” and “power” according to Mary Del Priore (2020), Chimamanda N. Adiche (2015), Adriana Piscitelli (2009), Judith Butler (2003), Teresa de Lauretis (1994), among others.

Keywords: Patriarchy; Gender; Gender roles; Power.

Considerações iniciais

Este artigo objetiva analisar o episódio “Dividindo a manga” do desenho animado *Meena*, transmitido no Brasil nos anos 1990 pela TV Cultura, sob a perspectiva das concepções da teoria feminista de gênero ao mesmo tempo em que esclarece conceitos relevantes dessa área.

Para isso, apresentamos as principais concepções de “gênero” bem como de outros termos relevantes para a teoria feminista, os quais explicam como se consolidaram as relações desiguais entre homens e mulheres no meio social. Entre essas definições, estão as de patriarcado, papéis sociais e poder.

A fim de desenvolver este trabalho, foram considerados estudos e teorias de autoras, como Mary Del Priore (2020), Chimamanda N. Adichie (2015), Adriana Piscitelli (2009), Heleieth Saffioti (2004), Judith Butler (2003), Guacira Lopes Louro (2003), Joan Scott (1995), Teresa de Lauretis (1994), além de autores como Pierre Bourdieu (2012) e Michel Foucault (2011).

Em linhas gerais, a teoria feminista do gênero assevera que as desigualdades polarizadas entre mulheres e homens são predominantemente de caráter cultural, e não biológico. Desse modo, a sociedade parte das diferenças biológicas (que são inegáveis) para manter o homem no polo dominante e a mulher no polo dominado, valorizando-se,

¹ Mestra em Letras/Estudos Literários pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Atualmente é professora na rede pública de ensino em Minas Gerais. E-mail: ccinthiafs@gmail.com

portanto, aquelas características que seriam próprias da anatomia masculina e inferiorizando as que fossem consideradas femininas.

Desse modo, a partir do dado biológico, são atribuídos socialmente “deveres” e “funções” aos indivíduos sempre de maneira hierarquizada.

É certo, porém, que a situação já mudou bastante: hoje mulheres concluem um curso superior, mulheres dirigem veículos, mulheres moram sozinhas, mulheres assumem cargos de chefia no trabalho, mulheres são eleitas na política. Contudo, apesar de todas essas conquistas em diversos países, ainda está enraizado na cultura geral que as atividades no espaço doméstico e educação dos filhos seriam primeiramente de responsabilidade das mulheres, evidenciando resquícios do patriarcado.

Das concepções de gênero

Para ilustrar como a cultura é determinante na construção de relações desiguais entre mulheres e homens, analisamos, como dito anteriormente, o episódio intitulado “Dividindo a manga” do desenho animado chamado *Meena*, transmitido no Brasil pela TV Cultura durante os anos 1990.

Nesse episódio, a protagonista Meena (menina de 9 anos) sobe numa árvore para pegar uma manga. Em seguida, a garota, muito contente, leva a fruta para casa e lá encontra a mãe, a avó e o irmão Raju. Sua avó logo lhe diz: “Você andou subindo em árvores de novo. Você nunca aprende, Meena: *meninas não sobem em árvores*” (DESENHOS CULTURAIS, 2018, grifos nossos). Na sequência, a mãe pega a manga para assim dividi-la entre as crianças, e Raju recebe um pedaço maior. Meena então questiona isso, e a mãe lembra à filha que seu irmão “sempre” recebe mais para comer, enquanto a avó reforça: “É assim que deve ser, Meena” (DESENHOS CULTURAIS, 2018).

À noite, durante o jantar, a divisão desigual na refeição é reforçada quando o prato de Raju fica bem mais cheio que o de Meena. Ela protesta novamente, e a avó explica-lhe: “Raju está em fase de crescimento. Precisa comer bem” (DESENHOS CULTURAIS, 2018). Nesse momento, contudo, o pai das crianças interfere, lembrando que Meena também estava crescendo e que ela trabalhava bastante na casa, o que indicaria que a justificativa dada pela avó sobre crescimento não era plausível. Mas Raju minimiza os trabalhos que Meena fazia em casa, e, por isso, a garota propõe-lhe um desafio: que eles trocassem as tarefas um do outro por um dia. Raju aceita prontamente alegando que isso seria muito fácil.

O dia de Raju (desempenhando os deveres de Meena) começa ainda de madrugada, quando precisa acender o fogo. Ao logo do episódio, ele varre o quintal, alimenta as galinhas (que pulam nele alvoroçadas), lava roupa no rio debaixo do sol quente, lava louça, carrega baldes pesados de água, ajuda a cuidar do irmão menor ainda bebê (que não para de chorar). Quando Meena sai à tarde para levar a vaquinha deles para pastar (essa era uma das tarefas do dia de Raju), ele ainda precisa recolher o esterco que ela deixa pelo caminho.

Das tarefas que Meena cumpriu (incumbências de Raju) estavam: ir à escola, buscar capim e levar a vaquinha para pastar. Nesse ínterim, a menina pôde brincar, correr ao ar livre e inclusive cochilar, o que fez com que ela perdesse a vaca de vista, tendo dificuldades para conseguir controlar o animal e voltar com ele para casa.

No fim do dia, quando esperam pelo jantar, Meena parece bem disposta e animada, já Raju está exausto e fraco, afirmando que teve um “dia horrível”. Mesmo assim, ele ainda teria de comer menos do que Meena, uma vez que eles haviam trocado os papéis. O garoto então protesta, pois estava faminto devido ao excesso de trabalho. Nesse momento então, a avó diz: “Pobre Raju, vi você trabalhar duro o dia todo. Descanse agora. Só hoje percebi o quanto Meena trabalha [...]. Raju nos mostrou o quanto Meena trabalha todos os dias” (DESENHOS CULTURAIS, 2018).

No desfecho do episódio, a família reconhece, pois, a importância dos trabalhos realizados por Meena e também a dificuldade deles, percebendo que não havia motivo, de fato, para que a menina recebesse menos alimento que o irmão. No dia seguinte, indo para a escola, Raju e Meena admitem mutuamente o valor das tarefas que cada um faz em casa, e eles dividem outra manga, mas dessa vez, em partes iguais.

No episódio descrito, a avó simboliza as ideias conservadoras enraizadas culturalmente e, por vezes, estereotipadas do que meninos e meninas podem e não podem fazer, pois ela é sempre a primeira a repreender o comportamento “subversivo” da neta.

Logo no início, a matriarca afirma que Meena “nunca aprende” que meninas não sobem em árvores. Ora, se ela deve aprender isso é porque não é algo biológico. Assim, se meninas aprendem que “não podem subir em árvores” é porque alguém decidiu isso.

Existe, portanto, um discurso produzido socialmente que serve para os seres do sexo feminino, mas que não é aplicável aos do sexo masculino, visto que é possível ouvir que “meninAs não sobem em árvores”, mas não costumamos ouvir “meninOs não sobem em árvores”. Sendo assim, os discursos sociais tradicionalmente encarregam-se de ensinar às meninas “o que elas não podem fazer”, enquanto aos meninos mostram “o que eles podem fazer”.

Além disso, o episódio narrado aqui apresenta, com simplicidade, mas precisão, como o meio social estabelece valores diferentes ao trabalho em função de quem o realiza. A inferiorização das tarefas realizadas por Meena acontece simplesmente porque eram desempenhados por uma menina; o irmão Raju disse, inclusive, que eram “fáceis”. Somente quando um menino as concluiu ficou “provado” que eram desgastantes e penosas. No fim do dia, Raju parece exausto, embora os tenha realizado apenas uma vez na vida, mas, até aquele momento, ninguém reconhecia isso.

Contextualizando o desenho, *Meena* foi lançado inicialmente como história em quadrinhos, que se tornou série de rádio e posteriormente desenho animado produzido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em parceria com a Hanna-Barbera, BBC e *Fil-Cartoons*. O público-alvo da série inicialmente eram países asiáticos (Índia, Bangladesh, Afeganistão, Paquistão e Sri Lanka), mas logo ganhou o mundo. O objetivo do projeto era

ajudar crianças, desde pequenas, a lutarem pelos seus direitos, [*Meena*] aborda questões típicas da região, como o direito à educação para as meninas, e temas universais, como a importância das práticas de higiene para a saúde e o enfrentamento de desigualdades sociais (LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO, 2014).

Dessa maneira, o episódio estudado reforça a ideia defendida pela teoria feminista de gênero adotada aqui de que o meio social é fator determinante para as práticas de construção do sujeito que passaram a ser chamadas de “gênero”.

Nesse sentido, de acordo com Guacira Lopes Louro (2003), os movimentos feministas, no Ocidente, começaram no século XIX e houve duas grandes ondas de manifestação. A primeira, ocorrida na década de 1920, tornou-se conhecida como “sufragismo”, porque aconteceu motivada especialmente pela luta do direito ao voto das mulheres. Esse interesse atraiu principalmente as mulheres brancas de classe média, tendo tido menor repercussão do que a segunda onda do feminismo, que ocorreu nos anos 1960. Dessa vez, o movimento passou a ser mais comprometido com preocupações sociais e políticas, realizando-se por meio de manifestações coletivas de insatisfação e protestos, representando, assim, mais mulheres.

Com o objetivo de rejeitar o determinismo biológico que apareceu por séculos como justificativa para o controle social das mulheres nas diversas culturas (subsidiado por termos como “sexo” e “diferença sexual”), as feministas anglo-saxãs adotaram, de acordo com Joan Scott (1995), o termo *gender* (gênero), o qual remete à representação social dos seres, em oposição ao sexo, que se refere às questões biológicas. O movimento ressurgiu então não só com marchas e protestos, mas também por meio de forte produção intelectual, com a publicação de livros, revistas e jornais a fim de se discutir o assunto.

Nessa perspectiva, ainda segundo a autora, a adoção do termo “gênero”, para desenvolver estudos feministas sobre a realidade cultural de dominação à qual as mulheres foram submetidas, era uma tentativa de legitimar esses trabalhos na academia. Segundo Guacira Lopes Louro, “o conceito [de gênero] pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico” (LOURO, 2003, p. 22).

Assim, embora numa acepção mais simples, tenha sido entendido inicialmente como sinônimo de “mulheres”, “[...] o uso do termo ‘gênero’ visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’” (SCOTT, 1995, p. 75).

Vale reforçar ainda que o termo sugere analisar e compreender o sistema cultural de dominação a partir de relações desiguais, o que significa que os homens não são excluídos dos estudos, fato que poderia acontecer caso se trabalhasse apenas com o termo “mulheres”. É por isso que o gênero representa uma relação, isto é, “[...] a relação de pertencer a uma classe, um grupo, uma categoria (LAURETIS, 1994, p. 210), o que significa que a teoria feminista de gênero não estuda o indivíduo isoladamente, mas sim a partir dos arranjos sociais em que vive. “Assim, gênero representa não um indivíduo e sim uma relação, uma relação social; em outras palavras, representa um indivíduo por meio de uma classe” (LAURETIS, 1994, p. 211).

Nesse contexto, Adriana Piscitelli (2009) afirma que, na linguagem do dia a dia e nas ciências naturais, o termo “sexo” remete às diferenças inatas e biológicas entre o corpo das mulheres e o dos homens, por isso também autoras feministas passam a adotar o termo “gênero” a fim de referir-se ao caráter cultural incorporado às diferenças anatômicas.

Desse modo, segundo Judith Butler (2003), a teoria feminista do gênero entende as mulheres como sendo sujeito político, isto é, de participação ativa na sociedade a qual paradoxalmente tentou excluí-las das deliberações socioculturais, partindo-se de evasivas biológicas. Nesse contexto,

concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído (BUTLER, 2003, p. 13).

Aceitando-se então a ideia de que a diferença sexual parte do biológico e que o gênero compreende a construção social de mulheres e homens a partir da diferença sexual existente, Teresa de Laureits (1994) defende que o gênero é, portanto, um “produto” de diferenças, ou seja, é a criação de uma identidade para o indivíduo feminino e masculino através de tecnologias sociais (discurso, cinema, instituições, cotidiano, mídia).

Assim, o julgamento que uma sociedade faz sobre o comportamento de uma mulher e de um homem (se é certo ou não) depende dos valores, das crenças e dos discursos que são disseminados por essa cultura, o que significa que o que é aceito em uma sociedade pode não ser aceito em outra, uma vez que isso depende das tecnologias sociais de cada povo.

Ainda consoante Teresa de Lauretis, essas tecnologias criam, por conseguinte, quatro proposições: a) gênero é representação; b) a representação do gênero é uma construção; c) a construção dessa representação está em função do tempo conforme os aparelhos ideológicos do estado (família, escola, mídia, religião, por exemplo) e d) a desconstrução do gênero ocorre quando percebemos que se trata de uma representação falsa.

Embora o sexo, em linhas gerais, possa ser associado à natureza e o gênero à cultura, feministas mais ousadas, como Judith Butler (2003), refutam manter essa dicotomia (sexo *versus* gênero), ao defenderem que, nessa concepção binária, o gênero apenas refletiria o sexo, limitando-o. Todavia, essa ideia não procede, uma vez que a categoria do gênero é bem mais flutuante que a de sexo. Dessa maneira, para a autora, “homem” e “masculino” podem significar tanto um corpo feminino quanto um corpo masculino, e “mulher” e “feminino” podem referenciar-se tanto a um corpo feminino quanto a um corpo masculino. Além disso, mesmo a imagem de “sexo” não é intrínseca à natureza, pois ele é também “meio discursivo/cultural” ou “pré-discurso anterior à cultura, sendo, portanto, uma superfície de sentidos neutros sobre a qual age a cultura” (BUTLER, 2003, p. 15).

Podemos perceber, portanto, que os estudos de gênero entendem que, embora existam diferenças biológicas entre os corpos femininos e masculinos, os valores positivos e negativos que são atribuídos a eles provêm dos valores disseminados culturalmente.

Dos papéis sociais no patriarcado

Além das concepções do termo “gênero” apresentadas anteriormente, é importante conhecer também outras ideias que norteiam os estudos feministas, por isso trataremos aqui do “patriarcado”, dos “papéis sociais” e do “poder”.

De acordo com Mary Del Priore (2020), o patriarcado é o sistema no qual os homens têm a função de proteger e alimentar a família, enquanto às mulheres cabe a organização do lar e a educação dos filhos. A partir dos anos 1970, porém, o termo passou a ser usado pelas feministas para designar um sistema de opressão e relações desiguais entre homens e mulheres.

É nesse contexto que, para Heleieth Saffioti (2004), o patriarcado é um regime de dominação e exploração das mulheres pelos homens. Corroborando esse pensamento, segundo Adriana Piscitelli, o patriarcado é um “sistema social no qual a diferença sexual serve de base da opressão e da subordinação da mulher pelo homem” (PISCITELLI, 2009, p. 132). Desse modo, a distinção sexual é critério usado para alicerçar o regime patriarcal, uma vez que

a diferença *biológica* entre os *sexos*, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2012, p. 20, grifos do autor).

Nesse sentido, num sistema em que prevalece o autoritarismo do patriarca, só teria direito ao comando aquele que tivesse o corpo considerado biologicamente masculino, isto é, que nascesse com órgãos sexuais masculinos, pois, sobre esse corpo, seriam incutidos discursivamente valores de soberania e privilégios em função única e exclusiva de sua anatomia. Além disso, o patriarcado estabelece uma rígida divisão sexual do trabalho de acordo com a qual as atividades desempenhas pelos homens passam a ser mais valorizadas do que aquelas exercidas pelas mulheres.

Como visto no episódio do desenho *Meena*, ninguém na família percebia quão árduo era o trabalho da protagonista quando ela o desempenhava, porque era menina e, numa sociedade patriarcal, entende-se que as tarefas realizadas por mulheres são inferiores e “mais fáceis” do que aquelas feitas pelos homens. Somente quando Raju (um menino) passa a realizar os “trabalhos de menina” é que a família reconhece quão penosos eram, pois, de certa maneira, passaram a ser “tarefas de menino” e, no patriarcado, o trabalho valorizado é aquele desempenhado por homens.

Vale ressaltar, contudo, que o patriarcado, de acordo com Adriana Piscitelli, não deve ser entendido simplesmente como sinônimo de “dominação masculina”, uma vez que se trata de um sistema e como tal não é imutável nem universal, o que significa que o patriarcado sofre alterações em função do tempo e do espaço. Desse modo, o patriarcado da Idade Média na Itália não é o mesmo que o patriarcado do século XVII na França, que não é o mesmo do Brasil Império.

Percebemos então que a cultura patriarcal estabelece as funções que cada indivíduo desempenha socialmente, gerando, assim, os “papéis sociais”.

Segundo Adriana Piscitelli, os papéis sociais correspondem às posições que cada indivíduo ocupa na sociedade, ou seja, de pai, mãe, estudante, filho(a), empregado(a), patrão, patroa. A fim de estabelecer a desigualdade entre as mulheres e os homens, o grupo social define o que seria “adequado” ou “inadequado” para cada papel (comportamento, linguagem, traje, trabalho, lazer, obrigações e direitos) sempre tendo como critério a anatomia do sujeito no seu nascimento.

A partir dessas considerações, emerge a seguinte questão: como seria possível que os homens instaurassem e mantivessem um regime patriarcal que determinasse papéis sociais aos indivíduos de forma a conservar a dominação sobre as mulheres por tanto tempo? A teoria feminista de gênero responde que isso se deve às estratégias de poder.

Sobre isso, Michel Foucault esclarece que “[...] o poder não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 2011, p. 103). Nesse sentido, o poder é produzido a partir de determinados arranjos estratégicos dos quais um indivíduo lança mão para exercer o controle sobre outro indivíduo. Vale ressaltar que o poder somente é exercido, ainda segundo o filósofo, em relações desiguais, porém móveis.

Nesse contexto, precisaria haver desequilíbrio e desigualdade numa relação (econômica, de conhecimento ou sexual) para que o poder se estabelecesse. Mesmo assim, sempre haveria resistência, ou melhor, “resistências”, como defende Foucault.

O discurso aparece, nesse contexto, como estratégia paradoxal, pois pode tanto ser instrumento de controle e manutenção do poder masculino, quanto ferramenta para minar o controle e a dominação das mulheres. Considerando novamente o desenho animado, inicialmente o discurso dos adultos, principalmente o da avó, consistia em reforçar o poder dos homens, fortalecendo, assim, a sociedade patriarcal, contudo, após o jogo da inversão de papéis entre as crianças, construiu-se outro discurso quando a família reconheceu a importância do trabalho realizado pela protagonista.

Nesse contexto, enquanto a teoria feminista de gênero aparece como resistência ao poder exercido no sistema patriarcal a favor da igualdade de direitos entre mulheres e homens, do respeito às escolhas das mulheres e da não violência contra elas, a cultura patriarcal tenta fortalecer os discursos de opressão e domesticação feminina, objetivando o silenciamento das mulheres na sociedade. É por isso que os estereótipos construídos outrora contra as feministas por aqueles que defendem o patriarcado (consciente ou inconscientemente) ainda permanecem (explícita ou implicitamente).

Sendo assim, Chmamanda Ngozi Adichie reforça então que, para que as mudanças aconteçam de maneira efetiva e permanente, “é assim que devemos começar: precisamos criar nossas filhas de uma maneira diferente. Também precisamos criar nossos filhos de uma maneira diferente” (ADICHIE, 2015, p. 28), ideia que vai perfeitamente ao encontro da reflexão no desenho *Meena*, visto que a discriminação é marcadamente oriunda da maneira como a sociedade cria suas crianças. Dessa maneira, elas podem tanto reproduzir a misoginia quanto extirpá-la.

Considerações finais

Vimos ao longo do artigo que as desigualdades entre mulheres e homens são consequências de construções sociais de um sistema patriarcal, que são reforçadas por discursos, ou segundo Teresa de Lauretis, por tecnologias de gênero, que se valem das diferenças biológicas, que são inegáveis, para propagar que as características inerentes às mulheres são negativas e débeis, enquanto as dos homens são positivas e vigorosas.

Percebemos, assim, que o patriarcado define papéis sociais, os quais se referem às atribuições e condutas impostas a cada indivíduo conforme o seu sexo no nascimento. Essas atribuições estabelecem o comportamento certo ou errado para os seres, muitas vezes, incutindo nas mulheres o que elas não podem fazer. No desenho analisado aqui, Meena não devia subir em árvores”, pois isso era considerado “errado” para uma menina. A garota não tinha, entretanto, nenhuma limitação física ou anatômica que a impedisse de subir na árvore, tanto é que o fez; tratava-se, portanto, de uma restrição exclusivamente cultural, tornando-se alegoria para tantas outras proibições sofridas pelas mulheres ao longo dos tempos.

Constatamos, assim, que o gênero é produto social, apoiando-se evidentemente nas peculiaridades da anatomia biológica do indivíduo. É por isso que a teoria feminista de gênero defende que as relações desiguais entre mulheres e homens não são naturais e inerentes aos seres, visto que elas são construídas por meio de estratégias de poder que mantêm os homens no polo dominante e as mulheres no polo dominado no sistema patriarcal.

Vale lembrar, contudo, que essas relações são móveis e flexíveis, o que significa que as mulheres sempre desenvolveram formas de resistências. Sendo assim, a teoria feminista de gênero é uma forma de sistematizar os estudos sobre os desníveis sociais entre os indivíduos devido ao seu sexo/gênero e as desigualdades que isso acarreta a fim de gerar resistência contra o pensamento misógino e, desse modo, colaborar com a promoção da igualdade de direitos e respeito mútuo entre mulheres e homens para que todos entendam que é possível sim dividir a manga em partes iguais.

Bibliografia

- ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. Trad. Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BUTLER, J. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEL PRIORE, M. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000**. São Paulo: Planeta, 2020.
- DESENHOS culturais. **Meena: dividindo a manga**, 2018. Vídeo (12 min 6 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U0pLRIKlh3g>. Acesso em 12 abr. 2019.

- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque, J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, v. 1, 2011.
- LABORATÓRIO de educação. **Meena, um desenho para as crianças**, 2014. Disponível em: <https://labedu.org.br/meena-um-desenho-para-as-criancas/>. Acesso em 17 maio 2019.
- LAURETIS, T. Tecnologias do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.
- LOURO, G. L. A emergência do gênero. In: LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 14-56.
- PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José (Org.). **Diferenças, igualdades**. São Paulo. Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148.
- SAFFIOTi, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 44-47, 53-62, 113-118.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: SCOTT, Joan Wallach. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 20, 1995. p. 71-99.